

# Depoimentos

## ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA NA ESCALA NACIONAL

As questões relativas à produção de electricidade, para satisfação de consumos crescentes, inserem-se no quadro mais vasto do conjunto de problemas do abastecimento do País em energia, o que, desde logo, obriga a ter em conta múltiplas circunstâncias peculiares, que, por outro lado, ganham em projecção quando se não perde de vista o papel que as potencialidades energéticas desempenham como suporte básico do desenvolvimento económico.

Nesta matéria, para mais, importa programar investimentos vultosos, envolvendo decisões que, por diversas formas, verdadeiramente tocam o cerne do próprio interesse nacional \*.

Daí o afigurar-se intuitivo que as directrizes inspiradoras do planeamento neste sector devam subordinar-se ao princípio das «economias de escala», que, como é sabido, desaconselha a fragmentação produtiva. Esse princípio conduz logicamente, em última análise, a enquadrar os dados dos problemas numa política de fomento *nacional*, a fim de assegurar a racionalidade de decisões que, em considerável medida, afectam, no espaço e no tempo, o crescimento económico, podendo influir, de modo decisivo, no ritmo a que este venha a processar-se.

Esta reflexão assume, aliás, particular importância quando nos detemos a observar as implicações técnicas e económicas decorrentes de um regime de interligação, que já hoje se projecta e articula na rede eléctrica europeia.

O inventário dos diversos recursos energéticos deverá constituir fase prévia de cuidadoso apuramento, em ordem a tornar possível respeitar e consolidar os termos do equilíbrio hidráulico-térmico, na sua expressão tecnológica e económica, e, eventualmente, a permitir encará-lo com uma perspectiva que não abstraia dos recursos utilizáveis de todo o espaço económico português.

A ideia do aproveitamento harmónico e conjugado da produção hídrica e da produção térmica, para satisfação dos consumos de electricidade, tem, como se sabe, dois significados: um, técnico, que respeita aos variados aspectos que os especialistas têm amplamente tratado e que não é agora o momento de evocar; o outro, que, sendo nas linhas gerais conhecido, merece, no entanto, detida ponderação, quer porque evidencia um sentido de «complementaridade», com a forçosa interdependência que por si mesma implica, quer porque imediatamente suscita o problema de conciliar, com eficiência e sem abalos perturbadores, a actividade sectorial, tomada no seu conjunto, e no condicionalismo específico de uma estrutura industrial já estabelecida.

---

(\*) Como é sabido, tudo indica que, ao redor do ano de 1975, o crescimento anual do consumo em energia eléctrica no Continente seja da ordem dos 1400 GWh e que o investimento na produção assuma valores orçando por 1,5 milhão de contos (ao actual custo dos factores).



Se acaso se propendesse a atribuir, no planeamento de novos investimentos, particular ênfase ao papel da produção térmica, abstraindo de tudo o que no presente está ligado à produção hídrica, ainda com apreciáveis virtualidades de expansão futura, — haveriam de sentir-se reflexos sérios no comportamento do mercado financeiro e introduzir-se-iam imprevisíveis germes de desagregação num dos mais sólidos sectores da Economia Nacional.

As mutações tecnológicas não podem, pois, isolar-se das realidades económicas criadas e os recursos hídricos ainda aproveitáveis continuam a exigir opções fundadas e prudentes, que não ponham em causa interesses legítimos, nascidos em perfeita concordância com o interesse colectivo e que se foram estruturando em função de um progresso económico e social em que a infraestrutura hidroeléctrica — como geralmente se reconhece — coube relevante papel.

No actual estágio de desenvolvimento, em que os imperativos da realização do bem comum obrigam a especiais ponderações e a política de planeamento coordenador, assente em técnicas de rigor crescente, carece de se determinar por critérios selectivos de investimentos cada vez mais apurados — importa ter em conta todos os «efeitos» económicos, directos ou indirectos, que tendam a sustentar o incremento do processo de expansão.

Neste sentido, não basta tornar mais rápido o ritmo do desenvolvimento económico através de soluções de natureza parcelar, sempre sujeitas a unilateralismo de análise, e originando delicadas repercussões no tocante à procura e escolha do mais eficiente aproveitamento global dos recursos naturais e das possibilidades financeiras da Nação.

De facto, nem sempre as soluções que, estudadas em si mesmas, apresentam maior grau de reprodutividade dos capitais investidos são afinal aquelas que melhor podem contribuir, com maior celeridade, para tornar mais produtivo o trabalho do País e para assegurar, do ponto de vista nacional, a aplicação das disponibilidades efectivamente mais rendosas, envolvendo volumosos capitais públicos, semi-públicos e privados.

Não será, por isso, despiciendo sublinhar o cuidado que deve merecer o esforço de previsão, na medida em que através dele se possam avaliar os riscos resultantes da progressiva alteração das componentes produtivas do sector. Tal consideração poderá mesmo permitir antever, sem grandes margens de erro, que venha a surgir um processo de estagnação — com especial incidência nas estruturas cuja economia se apoie exclusivamente em esquemas de produção convencional —, o que, em termos relativos, se traduziria em retrocesso, com efeitos análogos a uma depressão ou recessão no âmbito de actividade dessas estruturas.

A prevenção contra tais riscos — que a rápida cadência do engenho técnico poderá tornar pouco distantes — exigirá decerto a atenta e gradual reestruturação de orgânica estabelecida em termos de lhe proporcionar um enquadramento de interdependência conducente a desejável solidariedade económica, capaz de defender e fortalecer, no conjunto sectorial, a vitalidade económica e financeira de cada um dos elementos que o integram.

Por isso, se admite que no sector eléctrico há, sem dúvida, bastante trabalho a levar a cabo para garantir à Nação, não só acrescida produtividade dos capitais e do trabalho no respeitante à estrutura existente, mas também o imprescindível grau de economicidade no que toca ao equilibrado planeamento de novos centros produtores.

Tudo indica que, por motivos tecnológicos e por causas económicas, o futuro, mais ou menos distante, venha a acarretar entre nós, como por toda a Europa, consideráveis alterações na composição estrutural do sector eléctrico.

As necessidades de energia crescem a ritmo que as fará ultrapassar as potencialidades economicamente viáveis no quadro das soluções consagradas ou convencionais. A acção motora dos avanços da técnica irá por certo desencadear, neste campo da actividade industrial, o surto de novo tipo de empreendimentos e eventuais dificuldades económicas da orgânica pré-existente.

Aliás, como os investimentos assumem valores cada vez mais vultosos — tomando nalguns casos proporções «gigantescas», como é hoje corrente escrever-se lá fora — as questões resultantes da absorção de eventuais prejuízos decorrentes de novas condições produtivas hão-de provavelmente aconselhar também reajustamentos de estrutura, com as correlativas adaptações institucionais.

Assim, o problema do equilibrado crescimento do sector eléctrico vai implicando, de forma sucessivamente mais instante, uma esclarecida actuação no presente, mas com visão «prospectiva», e com o máximo espírito de coordenação — tendente a realizar um equilíbrio dinâmico, que garanta todo o aproveitamento desejável dos recursos naturais, humanos e financeiros, na esfera de uma política que vise, de forma simultânea, a defesa da integridade nacional e a expansão económica que ela pressupõe e reclama.

Por isso se considera que o planeamento a longo prazo, concebido com rasgada perspectiva, constitui o meio próprio para promover, desde já, o indispensável desenvolvimento harmónico da produção de energia na escala nacional.

MÁRIO MORAIS DE OLIVEIRA  
*Licenciado em direito pela Universidade de Lisboa*  
Presidente do Conselho de Administração  
da Hido-Eléctrica do Zêzere